

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

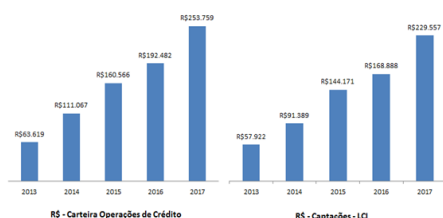
Senhores Acionistas,

A Administração da Barigüi Companhia Hipotecária submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017.

Conforme divulgado, trata-se da primeira instituição da espécie, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, a funcionar no Estado do Paraná, estando as suas atividades reguladas pela Resolução CMN nº 2.122/94 e normas complementares, tendo como principal campo de negócio os créditos imobiliários, sendo integrante do Sistema Financeiro de Habitação.

A Cia. Hipotecária integra o Conglomerado Financeiro Barigüi, liderado pela Barigüi S/A Crédito, Financiamento e Investimentos, e suas operações/resultados constam do respectivo balanço consolidado, na forma da regulamentação em vigor. Desde o início de suas atividades, em janeiro/2012, a Cia. Hipotecária efetivou 3.634 operações, com a carteira ativa de empréstimos/financiamentos atingindo, na data-base de 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 253.759 milhões e, do lado passivo, em captações, via LCI, somando o montante de R\$ 229.557 milhões e Patrimônio Líquido de R\$ 15.029 mil-

hões. Abaixo, ilustramos o crescimento das operações de crédito e das captações no período de 2013 a 2017:



As parcerias estabelecidas, envolvendo: a) Seguradora; b) Correspondentes Bancários em praças julgadas de bom potencial de negócios, nos estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo; c) Avaliadores de Imóveis; d) Corretoras de Valores Mobiliários e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários; e) Promotora de Crédito; e f) a ligada Barigüi Securitizadora concorreram, com real importância, para o atingimento dos resultados antes indicados.

Do exposto, podemos concluir que os objetivos estratégicos foram atingidos no balanço de 31 de dezembro de 2017, com variações, em nosso entender, admissíveis frente às mutações ocorridas no cenário econômico-financeiro do País desde a sua constituição.

A Barigüi Cia Hipotecária apresentou, indiscutivelmente, performance satisfatória, com crescimento ordenado e seguro, sempre tendo presente a higidez econômico-financeira, e procurando expandir os seus mercados de atuação, e prospectar novos negócios, sem perder de vista a melhoria constante no atendimento aos seus clientes. Para tanto, agradecemos a contribuição dos parceiros, conforme antes referenciados, e, em especial do corpo de funcionários.

Curitiba (PR), 23 de março de 2018.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro - Diretor Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016	Passivo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		76.267	63.040	Circulante		84.928	83.059
Disponibilidades	4	603	623	Depósitos	10.a	7.025	17.328
Aplicações interfinanceiras de liquidez		2.001	3.102	Depósitos Interfinanceiros		7.025	17.328
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4 / 5	2.001	3.102	Recursos de aceites e emissão de títulos	10.b	68.100	59.860
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6.a	1.996	-	Recursos de letras de crédito imobiliário		68.100	59.860
Carteira própria		1.996	-	Outras obrigações		9.803	5.871
Operações de crédito	7	62.515	49.308	Cobrança e arrecadação de títulos semelhantes		37	44
Setor privado	7.a	65.141	50.991	Sociais e estatutárias		358	255
(-) Provisão para perdas em operações de créditos	7.c	(2.626)	(1.683)	Fiscais e previdenciárias	11	992	1.979
Outros créditos	8	2.075	2.683	Diversas	12	8.416	3.593
Créditos tributários	19	699	1.092	Passivo não circulante		169.515	111.284
Diversos		1.376	1.591	Exigível a longo prazo		169.515	111.284
Outros valores e Bens	9	7.077	7.324	Recursos de aceites e emissão de títulos	10.b	161.457	109.028
Despesas antecipadas		604	842	Recursos de letras de crédito imobiliário		161.457	109.028
Bens não de uso		7.412	8.051	Instrumentos Financeiros Derivativos		669	-
(-) Provisão para desvalorização		(939)	(1.569)	Instrumentos Financeiros Derivativos	7	669	-
Ativo não circulante		193.205	145.898	Outras obrigações		7.389	2.256
Realizável a longo prazo		192.970	145.754	Diversas	12	7.389	2.256
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	968	755	Patrimônio líquido	14	15.029	14.595
Instrumento financeiro derivativo		968	755	Capital social		-	-
Operações de crédito	7	184.690	139.994	De Domiciliados no país		10.000	10.000
Setor privado	7.a	188.618	143.491	Reservas de lucros		5.029	4.595
(-) Provisão para perdas em operações de créditos	7.c	(3.928)	(3.497)	Legal		736	661
Outros créditos	8	3.384	1.575	Outras reservas de lucro		4.293	3.934
Créditos tributários	19	3.135	1.488	Total do passivo		269.472	208.938
Diversos		249	87				
Outros valores e bens	9	3.928	3.430				
Despesas antecipadas		457	1.308				
Bens não de uso		3.685	2.339				
(-) Provisão para desvalorização		(214)	(217)				
Permanente		235	144				
Imobilizado de uso		99	68				
Outras imobilizações de uso		157	128				
(-) Depreciação Acumulada		(58)	(60)				
Intangível		136	76				
Desenvolvimento/licenciamento de software		196	94				
(-) Amortização Acumulada		(60)	(18)				
Total do ativo		269.472	208.938				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

Saldo em 01 de dezembro de 2016	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de lucros		Lucros Acumulados	Total
				Reserva Legal	Outras Reservas de Lucros		
Aumento de capital	14.a	3.000	4.000	450	4.001	-	11.451
Lucro líquido do exercício		7.000	(4.000)	-	(3.000)	4.222	4.222
Destinações:							
Constituição de reserva legal	14.b	-	-	211	-	(211)	-
Constituição de reserva especial de lucros	14.c	-	-	-	3.770	(3.770)	-
Dividendos	14.d	-	-	-	(837)	(241)	(1.078)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		10.000	-	661	3.934	-	14.595
Mutações do exercício		7.000	(4.000)	211	(67)	-	3.144
Saldo em 1 de janeiro de 2017		10.000	-	661	3.934	-	14.595
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.505	1.505
Destinações:							
Constituição de reserva legal	14.b	-	-	75	-	(75)	-
Constituição de reserva especial de lucros	14.c	-	-	-	1.345	(1.345)	-
Dividendos propostos	14.d	-	-	-	-	(85)	(85)
Pagamento de dividendos	14.d	-	-	-	(986)	-	(986)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		10.000	-	736	4.293	-	15.029
Mutações do exercício		7.000	(4.000)	(75)	(350)	(434)	(1.196)
Saldo em 30 de junho de 2017		10.000	-	673	3.160	-	13.833
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	1.268	1.268
Destinações:							
Constituição de reservas	14.b	-	-	63	-	(63)	-
Constituição de reserva especial de lucros	14.c	-	-	-	1.133	(1.133)	-
Dividendos propostos	14.d	-	-	-	-	(72)	(72)
Reversão de reserva especial		-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017		10.000	-	736	4.293	-	15.029
Mutações do período		-	-	(63)	(1.133)	-	(1.196)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Barigüi Companhia Hipotecária ("Companhia"), controlada pela Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (94%), foi constituída em 16 de maio de 2011 na forma de sociedade anônima de capital fechado, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 27 de setembro de 2011 tendo iniciado suas operações em 10 de janeiro de 2012.

A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de investimentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros regulamentos dessa Instituição, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Em reunião de Diretoria, realizada em 23 de março de 2018, foram aprovadas estas demonstrações financeiras.

a. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As revisões das estimativas e premissas são realizadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa h(ii) e 7 - critério de provisionamento: mensuração para perdas com operações de crédito;

• Nota explicativa 9 - estimativa de perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de outros valores e bens (bens não de uso);

• Nota explicativa 19 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (realizados);

• Nota explicativa 13 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

b. Reapresentação de cifras comparativas

A administração da Companhia revisou e ajustou os valores comparativos das Demonstrações dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, transferindo os ajustes com investimentos financeiros derivativos no montante de R\$755 anteriormente apresentados na rubrica "TVM e derivativos" para "Resultado com derivativos", ajustando o lucro. Tal ajuste não altera os totais dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimentos ou financiamentos.

3 Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

b. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e consideram os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, e estão apresentados na nota nº 4 e 5.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria:

(i) Mantidos para negociação: compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento: são títulos e valores mobiliários para os quais se possuía a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São contabilizados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais foram lançados no resultado.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular

nº 3.082/02 do BACEN, obedecendo ao seguinte critério:
Operações de swap - os diferenciais a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo e passivo, respectivamente, apropriado como despesa ou receita por rata até a data do balanço.

Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
 As principais operações de crédito da Companhia são compostas por financiamentos imobiliários, sendo classificados como habitacionais e empreendimentos.

Operações de crédito - estão registradas por valor que agrega as rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério "pro rata" dia. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (a) Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), e a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

A Companhia considera a contagem em dobro para os contratos com prazos vencendo superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível "A", conforme critérios da Resolução nº 2.697/00, do CMN.

As operações renegociadas, por atraso nos contratos anteriores, são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação até que ao menos duas parcelas da nova dívida renegociada sejam recebidas, quando poderão galgar níveis de menor provisionamento. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Operações vencidas há mais de 60 dias - as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Outros valores e bens

(i) Correspondem, basicamente, a bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso referem-se a imóveis disponíveis para venda e as despesas antecipadas correspondem a benefícios que ocorrerão em períodos futuros; e

(ii) As comissões a correspondentes credenciados são diferidas contabilmente de acordo com o prazo residual dos contratos, entretanto o prazo máximo considerado para efeitos deste diferimento é 31 de dezembro de 2019. Contudo, para os contratos originados a partir de 2015, tais comissões são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional e Circular Bacen 3.378/14, conforme abaixo:

2015: reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses;

2016: reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses; e

2017: reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Companhia. É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo de imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*.

As taxas de depreciação anuais das classes de bens da Companhia são:

	Taxa - %
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10% - a.a.
Equipamentos de informática	20% - a.a.
Gastos de organização e expansão	20% - a.a.

k. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos diferidos com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, como segue:

	Taxa - %
Desenvolvimento/Licenciamento de uso de software	20% a.a.

l. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

n. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, as quais são integralmente provisionadas.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões no passivo, em atendimento às normas do BACEN.

Provisão para imposto de renda contribuição social sobre o lucro líquido
 A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 9% do lucro tributável, conforme legislação em vigor.

Impostos diferidos
 Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

r. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro rata")

dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os valores demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro rata" dia).

s. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações. Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidade	-	5
Caixa	-	603
Depósitos bancários	2.001	3.102
Aplicações interfinanceiras (a)	2.604	3.725
Total	2.604	3.725

(a) As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Título	31/12/2017		31/12/2016	
	Taxa	Curto Prazo	Taxa	Curto Prazo
DI (pré)	6,84% a.a.	2.001	13,59% a.a.	3.102
Total		2.001		3.102

As aplicações desta natureza geraram receita, no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 199 e R\$ 436, respectivamente. (R\$ 782 em 2016).

6. Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Títulos e valores mobiliários

	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Carteira Própria				
LFT - Mantido para negociação	01/03/2021	1.996	1.994	2

b) Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de "swaps", envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, agora conhecida como B3. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos corrigidos pelo mesmo indexador, como demonstrada a seguir:

Data de vencimento	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor referencial	Conta de compensação	Diferencial a receber / (a pagar)	Valor referencial	Conta de compensação	Diferencial a receber / (a pagar)
Posição ativa						
IGPM	27/01/2020	29.275	34.240	-	29.275	31.146
	06/06/2019	4.280	4.447	(143)	-	-
	02/07/2020	1.500	1.559	(65)	-	-
	17/07/2020	1.500	1.559	(65)	-	-
	10/06/2019	1.004	1.042	(34)	-	-
	29/07/2020	1.500	1.559	(66)	-	-
	22/07/2020	1.500	1.559	(66)	-	-
		40.559	45.965	(439)	29.275	31.146
Posição passiva						
CDI	27/01/2020	29.275	33.502	738	29.275	30.391
	06/06/2019	4.280	4.509	-	-	-
	02/07/2020	1.500	1.624	-	-	-
	17/07/2020	1.500	1.624	-	-	-
	10/06/2019	1.004	1.076	-	-	-
	29/07/2020	1.500	1.625	-	-	-
	22/07/2020	1.500	1.625	-	-	-
		40.559	45.666	738	29.275	30.391

Estas operações geraram resultado negativo no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 974 e R\$ 455, respectivamente (resultado positivo de R\$ 755 em 2016).

7. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição da carteira de crédito por tipo de operação:

	31/12/2016		31/12/2016	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Financiamentos Imobiliários:				
Empreendimentos Imobiliários	19.298	7,60%	16.300	8,38%
Habitacionais	89.692	35,35%	70.957	36,49%
Capital de Giro	144.769	57,05%	107.225	55,13%
Total	253.759	100,00%	194.482	100,00%

*Os imóveis financiados são alienados fiduciariamente em favor da Companhia.

b. Prazo de realização dos contratos

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	15.779	12.204
Até 3 meses	45.294	35.219
De 3 meses a 12 meses	85.259	88.286
De 1 a 3 anos	50.457	49.361
De 3 a 5 anos	52.728	5.844
Acima de 15 anos	174	-
Total a vencer	249.691	190.914
Vencidos	4.068	3.568
Total	253.759	194.482

c. Provisão para perdas em operações de crédito

c.1. Movimentação da provisão para perdas em operações de crédito

	2º Sem/2017		31/12/2017		31/12/2016	
	Total	Provisão	Total	Provisão	Total	Provisão
Saldo no início do período/exercício	(6.626)	(5.180)	(3.722)	(3.722)	20.885	20.885
Constituição	(945)	(3.382)	(3.382)	(3.382)	507	507
Créditos baixados para prejuízo	1.017	2.008	577	577	-	-
Saldo final do período / exercício	(6.554)	(6.554)	(5.180)	(5.180)	21.408	(1.408)
Circulante	(2.926)	(2.626)	(1.683)	(1.683)	-	-
Não Circulante	(3.928)	(3.928)	(3.497)	(3.497)	-	-

Foram recuperados no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 320 e R\$ 1.290, respectivamente (R\$ 839 em 2016). As operações de crédito refinanciadas totalizaram R\$ 8.279, e as operações renegociadas totalizam R\$ 1.232 (o montante de refinanciadas e renegociadas foi de R\$ 14.190 em 2016). Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

c.2. Composição da carteira e provisão para perdas em operações de crédito, por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Nível	Situação	% de Provisão	Setor				Exercício 2017		Exercício 2016	
			Indus- tria	Comér- cio	Servi- ços	Pessoa Física	Total	Valor da Provisão	Total	Valor da Provisão
AA	Normal	0,00%	-	1.403	24.928	-	26.331	-	20.885	
AA	Normal	0,50%	16	1.530	10.715	126.872	139.133	(696)	105.578	
B	Normal	1,00%	-	22	3.767	24.490	28.279	(283)	21.669	
C	Vencido	-	67	339	7.328	7.734	(77)	9.941	(99)	
C	Normal	3,00%	-	175	1.005	20.506	21.686	(651)	13.369	
D	Vencido	-	202	510	17.929	18.641	(559)	13.092	(393)	
D	Normal	10,00%	-	-	935	246	1.181	(118)	495	
E	Vencido	-	420	-	3.547	3.967	(397)	3.504	(350)	
E	Normal	30,00%	-	-	-	135	135	(40)	-	
F	Vencido	-	-	30	1.792	1.822	(547)	2.119	(636)	
F	Normal	50,00%	-	-	1.218	1.218	(609)	1.086	(543)	
G	Vencido	-	-	-	1.691	1.691	(845)	1.304	(652)	
G	Normal	70,00%	-	-	-	-	698	(469)	425	
H	Vencido	-	-	-	698	698	(469)	21	(29)	
H	Normal	100,00%	-	-	-	-	1.243	(1.243)	994	
Total			16	2.416	19.922	231.405	253.759	(6.554)	194.482	
Circulante			-	-	-	-	65.141	(2.626)	50.991	
Não Circulante			-	-	-	-	188.618	(3.928)	143.491	

4. Cessão de crédito

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, a Companhia adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 27.894 e R\$ 46.312 respectivamente (R\$ 29.803 em 2016). Essas operações auferiram renda no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 4.186 e R\$ 7.998, respectivamente (R\$ 5.753 em 2016). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

8 Outros créditos

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	104	89
Créditos Tributários (nota 19.b)	699	1.092
Impostos a compensar	67	-
Devedores para compra de valores e bens (a)	895	943

	2017	2016
Devedores diversos (b)	299	559
Outros	11	-
Total	2.075	2.683

Não circulante

	31/12/2017	31/12/2016
Devedores por depósito em garantia	65	49
Devedores para compra de valores e bens (a)	184	38
Créditos Tributários (nota 19.b)	3.139	1.488
Total	3.384	1.575

(a) Referem-se a valores de venda de imóveis, arremat

Total	10.000.000	10.000	100.00%
--------------	-------------------	---------------	----------------

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

• Reservas especiais de lucros

A reserva estatutária é composta do residual do lucro ajustado, depois da distribuição para reserva legal e dividendos.

• Dividendos

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 6% (seis por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

De acordo com a Ata de Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2017, foi aprovada a distribuição adicional, sobre a forma de dividendos, antes inscritos em reserva especial de lucros e concernentes a exercícios anteriores no montante de R\$ 986 (R\$ 837 em 2016, de acordo com a Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016).

A título de dividendos foram pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 1.056 (R\$ 1.273 em 2016), destes: (i) R\$ 986 referentes a dividendos adicionais conforme mencionado anteriormente (R\$ 837 em 2016); e (ii) R\$ 70 referente ao segundo semestre de 2016 (R\$ 265 referente ao exercício de 2015 e R\$ 171 referente ao primeiro semestre de 2016).

No exercício findos em 31 de dezembro de 2017, a Companhia propôs dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 85 (R\$ 241 em 2016).

15 Transações entre partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes, em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

Descrição:	31/12/2017		31/12/2016	
	Direitos (Obrigações)	Receita Despesa	Direitos (Obrigações)	Receita Despesa
Controladora				
Aplicações Interfinanceiras	-	394 -	-	723 -
Depósitos Interfinanceiros	(7.025)	- (1.408)	(17.328)	- (861)
Dividendos	(80)	-	(66)	-
Utilização de estrutura compartilhada (a)	(7)	- (72)	(8)	- (78)
Pessoas jurídicas				
Aluguel comercial	(3)	- (42)	(3)	- (32)
Prestação de Serviços	(802)	- (3.089)	921	- (5.512)
Pessoas físicas				
Letra de Crédito Imobiliário	(58.362)	- (6.078)	(44.330)	- (5.734)
Dividendos	(5)	-	(4)	-
Remuneração aos administradores	-	- (222)	-	- (203)

(a) As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.

16 Despesas administrativas

	2º Sem/2017	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de comunicação	(70)	(135)	(55)
Despesas com aluguel comercial	(26)	(42)	(32)
Despesas de processamento de dados	(590)	(807)	(347)
Despesas com propaganda e publicidade	(421)	(702)	(255)
Despesas serviço sistema financeiro	(226)	(395)	(380)
Despesas com serviços terceirizados (a)	(3.891)	(7.583)	(6.963)
Despesa com serviços técnicos especializados	(430)	(784)	(521)
Despesas com depreciação/amortização	(21)	(40)	(24)
Outras	(412)	(613)	(517)
Total	(6.087)	(11.301)	(8.894)

a. Referem-se a:

i. apropriação de despesas com comissões de correspondentes, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017 nos valores de R\$ 2.092 e R\$ 4.066, respectivamente (R\$ 3.748 em 2016);

ii. comissão em assessoria de cobrança, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 840 e R\$ 1.783, respectivamente (R\$ 1.409 em 2016);

iii. despesa com assessoria e consultoria empresarial na estruturação de negócios, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 764 e R\$ 1.391, respectivamente (R\$ 1.533 em 2016); e

iv. Demais valores pulverizados no semestre e exercício de R\$ 195, R\$ 343 (R\$ 273 em 2016)

17 Rendas de prestação de serviços

	2º Sem/2017	31/12/2017	31/12/2016
Confecção de cadastro Pessoa Física e Jurídica	351	617	402

Tarifa de administração de contrato	551	979	528
Total	902	1.596	930

18 Despesas tributárias

Despesa de PIS	(75)	(137)	(140)
Despesa de COFINS	(462)	(842)	(864)
Despesas de ISS	(9)	(80)	(46)
Outros	(3)	(130)	(56)
Total	(599)	(1.189)	(1.106)

19 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º Sem/2017	31/12/2017	31/12/2016
Impostos correntes			
Imposto de renda	(460)	(866)	(2.074)
Contribuição social	(185)	(340)	(793)
Total imposto de renda e contribuição social correntes	(645)	(1.206)	(2.867)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	(84)	(340)	-
Ativo fiscal diferido	522	1.254	966
Total do imposto de renda e contribuição social	(207)	(292)	(1.901)

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º Sem/2017	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e participação dos empregados	1.752	2.094	6.368
Participação dos Empregados	(277)	(298)	(245)
Resultado Antes dos Impostos de Renda e Contribuição Social Encargo Total do Impostos de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	1.475	1.796	6.123
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:			
Adições temporárias	(531)	(3.843)	(2.590)
Adições permanentes	-	-	(21)
Exclusões temporárias	335	3.170	1.713
Deduções fiscais	53	78	103
Total Impostos de Renda e Contribuição Social - correntes	(645)	(1.206)	(2.867)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os créditos tributários são compostos pelos seguintes valores:

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realizado	Saldo em 31/12/2017
Imposto de Renda				
Provisão para risco cível	17	22	(23)	16
Outras provisões	493	198	(334)	357
Provisão MTM	-	436	(72)	364
PCLD – operações de crédito	1.388	1.278	(583)	2.083
Total - IRPJ	1.898	1.934	(1.012)	2.820
Contribuição Social				
Provisão para risco cível	6	9	(9)	6
Outras provisões	177	71	(120)	128
Provisão MTM	-	157	(26)	131
PCLD – operações de crédito	499	461	(211)	749
Total - CSLL	682	698	(366)	1.014
Total de créditos tributários	2.580	2.632	(1.378)	3.834

As diferenças temporárias relativas às provisões sobre as operações de crédito, cuja dedutibilidade se dará de acordo com os critérios definidos nas regras fiscais, tem expectativa de utilização em sua totalidade até o exercício de 2019. Ademais, também estão reconhecidos os *créditos relativos* às diferenças temporárias decorrentes de provisões sobre pagamentos de participação nos resultados, que serão reconhecidos em sua totalidade em 2018.

	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	Total
Créditos Tributários de Imposto de Renda				
Diferenças Temporárias	514	667	1.639	2.820
Valor Presente	478	578	1.323	2.379

Créditos Tributários de Contribuição Social

Diferenças Temporárias	185	240	589	1.014
Valor Presente	172	208	476	857

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa de juros anual de 7,40% (Selic).

c. Obrigações fiscais diferidas

As obrigações sociais diferidas, no montante de R\$ 339 em 31 de dezembro de 2017 referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor de mercado do swap (não havia saldo em 2016).

20 Política de remuneração

A Companhia remunera três membros de sua Diretoria Executiva, com posicionamento conservador, atendendo plenamente ao espírito da Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Tal remuneração é de natureza fixa, portanto

não contemplando parcela variável. O valor no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está representado por R\$ 222 (R\$ 203 em 2016).

21 Estrutura de gerenciamento de riscos

Na forma da regulamentação vigente, as atividades de gerenciamento de risco encontram-se centralizadas na Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, líder do conglomerado Financeiro Barigüi e controladora da Barigüi Companhia Hipotecária. Assim, as disposições próprias são aplicáveis às duas entidades acima citadas.

A seguir, os principais fatores da Companhia dos riscos elencados que afetam os negócios da companhia:

I Risco de crédito

Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Companhia atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades próprias de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

II Risco operacional

No semestre findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia deu continuidade aos esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. Assim, a prevenção a fraudes internas e externas e as medidas de segurança para regular funcionamento dos sistemas informatizados, são objetivos permanentes da Administração.

III Risco de mercado

O risco de mercado, decorrente das captações de recursos junto à clientela, no que tange as variações ditadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Companhia com grande agilidade e alto grau de confiança. A Companhia emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado, com diversificação de investimentos.

IV Risco de gerenciamento de capital

Avaliação permanente da necessidade de capital da Companhia para fazer face aos riscos a que está sujeita, inclusive a necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia.

V Risco de liquidez

O fundamento principal é a manutenção de nível adequado de recursos líquidos disponíveis para o normal funcionamento da Companhia. A Companhia dispõe de alternativas que atendam, prontamente, situações incômodas de necessidades de caixa, em pontos de extrema relevância para os negócios.

A Companhia realiza testes de estresse, aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que levem a Companhia a suportar os efeitos assim levantados.

Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional está registrada no endereço eletrônico: www.bariguiacreditointeligente.com.br > institucional > gerenciamento de riscos.

22 Outras informações

1. Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia) conglomerado

A Companhia detém capital social de R\$10.000 (dez milhões de reais), totalmente subscrito, acima do nível mínimo exigido pelas Autoridades Monetárias para as Sociedades da espécie, consoante o prescrito na Resolução CMN nº 2.099/94, Regulamento Anexo II, art. 1º, "caput" e parágrafo primeiro, e em montante adequado para alavancar as suas operações no corrente exercício. O acionista controlador está representado pela Barigüi S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, com 94% do total das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2017, está apresentado de forma combinada nas demonstrações financeiras da sua controladora, Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos.

Curitiba (PR), 23 de março de 2018.

Diretoria

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO

Diretor Presidente

EVALDO LEANDRO PERUSSOLO

Diretor Superintendente

MARIA TERESA FORNEA CARON

Diretora Executiva

CRISTIANE APARECIDA DAMRAT

Contadora CRC PR 063966/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da Barigüi Companhia Hipotecária Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Barigüi Companhia Hipotecária ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Barigüi Companhia Hipotecária em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade

é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar/mos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avalliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 23 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6 F-PR

João Paulo Dal Poz Alouche

Contador CRC 1SP245785/O-2